O CINEMA BRASILEIRO ENTRE A SOBERANIA E A SUBORDINAÇÃO

Danilo Albertino; Gabriela Morozini — Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

INTRODUÇÃO: A formação do cinema brasileiro corresponde à constituição histórica de uma mercadoria cultural nas relações sociais capitalistas de produção que, no contexto do capitalismo periférico brasileiro, se encontra subordinada à hegemonia cultural internacional. Ao longo do tempo, diferentes movimentos nacionais, como o Cinema Novo, buscaram construir uma estética própria e refletir criticamente as contradições sociais brasileiras. Entretanto, a estrutura de financiamento, distribuição e exibição, bem como a mercantilização da cultura, impuseram limites à soberania da produção cinematográfica nacional ao reforçarem padrões de dependência cultural. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento histórico do cinema brasileiro à luz da Teoria Crítica, investigando como a inserção periférica do Brasil no capitalismo mundial condiciona a produção cinematográfica, suas formas estéticas e suas possibilidades de soberania cultural.

DESENVOLVIMENTO: Desde o seu alvorecer, no início do século XX, o cinema nacional enfrentou a hegemonia de Hollywood. Nesse sentido, já durante a Era Vargas, houve incentivos estatais voltados à formação de público para as produções nacionais; além disso, a criação da Atlântida Cinematográfica impulsionou a produção de chanchadas (Richter, 2025). Nos anos 1960, o Cinema Novo, liderado por Glauber Rocha, propôs uma ruptura estética voltada à crítica do subdesenvolvimento. Mais adiante, após o declínio da Embrafilme S.A. e o "apagão" da era Collor (Nagib; Sousa; Brandão, 2018), os movimentos de Retomada e Pós-Retomada passaram a orientar-se mais fortemente ao mercado internacional. Nesse contexto institucional, marcado pela atuação da Ancine, obras contemporâneas — como as de Walter Salles — frequentemente reproduzem lógicas de produção subordinadas ao capital transnacional.

Assim, sob a ótica da Teoria Crítica, tal processo expressa a mercantilização da cultura. Historicamente, a subordinação das expressões artísticas à lógica capitalista se intensifica na fase monopolista do capital (Musse, 2021). Nesse contexto, o fazer artístico assume caráter dialético: ao mesmo tempo em que expressa a relação entre o artista e as estruturas sociais de sua realidade, submete-se aos parâmetros racionais e técnicos impostos pela primazia do valor de troca. No capitalismo periférico, essa dinâmica reforça a dependência ideológica em relação aos centros hegemônicos.

CONCLUSÃO: A trajetória histórica do cinema brasileiro revela as tensões entre a busca por uma expressão estética soberana e os condicionantes associados à lógica de valorização do valor e à inserção periférica do país no capitalismo mundial. Ao longo desse processo, há um esforço de retratar cinematograficamente a complexidade cultural, política, econômica e social brasileira por meio de estéticas nacionalmente construídas. A consolidação de um cinema plenamente nacional, no entanto, esbarra na mercantilização da cultura e na dependência estrutural em relação aos padrões culturais hegemônicos. Desse modo, observa-se que a produção cinematográfica brasileira tende a ser permeada por formas culturais dominantes, reproduzindo, em maior ou menor medida, padrões de dependência estética, econômica e ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUSSE, Ricardo. Cultura e sociedade na primeira Teoria Crítica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 267-288, maio/ago. 2021. Disponível em: www.scielo.br/j/ts/a/MGnqLzRmTkjQd3Dkzsj8TKf/. Acesso em: 5 mar. 2026.

NAGIB, Lúcia; SOUSA, Ricardo de; BRANDÃO, Adriana. Introduction to the dossier: Brazilian cinema in the neoliberal age. **Aniki:** Portuguese Journal of the Moving Image, v. 5, n. 2, p. 306-310, 2018. Disponível em: aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/473. Acesso em: 27 ago. 2025.

RICHTER, Carolina. **Pós-retomada e O Cheiro do Ralo:** ressentimento do cinema brasileiro. 2025. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFRGS, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/293782. Acesso em: 5 mar. 2026.